

Plano Collor diminui 30% da dívida pública

22 ABR 1990
ESTADO DE SÃO PAULO

Investidores em over e fundos de curto prazo perderam, em 15 dias, US\$ 20 bilhões

JOSÉ FUCS

O Plano Collor impôs, em apenas 15 dias, uma perda de aproximadamente US\$ 20 bilhões (Cr\$ 900 bilhões) aos investidores que tinham dinheiro aplicado em operações financeiras com lastro em títulos públicos, como o overnight e os fundos de curto prazo, de acordo com cálculos feitos por economistas e representantes do mercado.

O Departamento do Tesouro Nacional, vinculado ao Ministério da Economia, ainda não tem dados definitivos sobre a evolução da dívida pública no mês de março. É possível calcular, porém, que a perda dos investidores permitirá uma redução de cerca de 30% na dívida pública em poder do mercado, estimada em pouco mais de US\$ 60 bilhões no dia 13 de março, último dia de funcionamento dos bancos antes da posse do novo governo.

Os US\$ 20 bilhões que deixaram de ir para os investidores representam, para alguns, uma forma de calote. O raciocínio de quem defende essa tese é relativamente simples. De acordo com dados do Banco Central e da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), o volume de títulos públicos em poder do mercado alcançava NCz\$ 1,8 trilhão no final de fevereiro, quase exclusivamente concentrados em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), o papel que serve de lastro para o over e os fundos de curto prazo.

Normalmente, o rendimento dos investidores que aplicavam no over por um mês seguido seria pelo menos igual à inflação. Em março, porém, a inflação oficial medida pelo IBGE atingiu 84,32%, mas a taxa máxima diária do over no período só alcançou 36,75%. A renda real foi de exatos 25,8%.

A simples correção da dívida pública em poder do mercado pela inflação oficial deveria elevar o saldo de final de fevereiro a Cr\$ 3,4 trilhões no final de março. Tudo indica, porém, que a dívida pública em poder do mercado, hoje, não deve passar de Cr\$ 2,5 trilhões.

Na verdade, a fórmula para chegar ao montante da perda precisa considerar a parcela que ficou retida em cruzados novos pelo Banco Central e a que foi liberada em cruzeiros. Mesmo assim, de forma bastante simplificada, o número final não seria tão diferente. A estimativa permite ao mercado ter uma idéia razoável sobre a perda dos investidores e a redução da dívida com o Plano Collor.

A tese supõe que o dinheiro retido em cruzados novos será devolvido pelo Banco Central e não considera uma possível perda dos investidores causada pela metodologia de correção monetária (BTN mais juros de 6% ao ano), escolhida pelo governo para atualizar o valor do dinheiro retido.

"A interpretação do governo é de que, a partir do dia 19, houve um corte com o passado", afirma o diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio, Carlos Geraldo Langoni. "Sob esse ângulo, pode-se dizer que não houve calote", afirma./s